

Plano de Desenvolvimento Social



Conselho Local de Acção Social de Sernancelhe 2004



ÍNDICE

1 - Introdução	1
2 – Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento	3
3 – Enquadramento dos objectivos e estratégias nos vários níveis de planificação nacional e regional	4
3.1 – Nível nacional	4
3.2 – Nível regional	7
3.3 – Nível local	9
3.4 – Enquadramento dos diversos níveis de planificação nacional e regional com os eixos de intervenção	10
4 – Plano de Desenvolvimento Social por Eixos de Intervenção	12
Eixo I – Dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens	12
Eixo II - Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa	13
Eixo III – Promover os níveis de saúde da população	14
Eixo IV – Proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida.....	15
Eixo V – Melhorar as condições de habitabilidade e promover a qualidade de vida dos habitantes	16
Eixo VI – Promover a transição para a vida activa e a empregabilidade	17
Eixo VII – Promover o turismo no concelho	18
5 – Complementaridade e articulação entre eixos	19
Quadro de complementaridade e articulação entre eixos	20
6 - Planeamento Da Avaliação	23

“O Planeamento é a organização da esperança”

Jay Forrester

1 - Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social de Sernancelhe foi elaborado a partir do Diagnóstico Social do Concelho e pretende assumir-se como um instrumento de estratégia de desenvolvimento social local, cimentado em dinâmicas de articulação e de parceria.

Neste âmbito, pretendemos com o Plano de Desenvolvimento Social, estudar e promover acções globais, integradas e intencionais, para a prevenção das questões sociais e a sua solução e/ou redução.

Este Plano pretende ser o mais operacional possível. Baseado nos eixos prioritários seleccionados no Diagnóstico, foram definidos para cada um objectivos gerais e específicos, recursos e os respectivos indicadores. Com esta forma de acção espera-se ver privilegiado o aproveitamento de sinergias com efeitos multiplicadores nas várias áreas, assumindo uma lógica baseada no princípio de parceria e no reconhecimento de complementaridade de modo a corrigir e prevenir os desequilíbrios que dificultam o desenvolvimento social.

Desenvolvimento Social

As propostas de intervenção aqui apresentadas assentam nos pilares do desenvolvimento social:

- Erradicação da Pobreza;
- Pleno Emprego;
- Integração Social.

A promoção de estratégias e de medidas concertadas, tendo em conta a optimização dos recursos endógenos e o fomento da actuação em rede, constituem as finalidades gerais deste documento.

Os pilares do desenvolvimento social referidos anteriormente assentam, por sua vez, em dois pressupostos fundamentais:

- Uma concepção de Desenvolvimento Sustentável, enquanto conceito dinâmico e globalizante, incluindo e articulando a dimensão económica com as dimensões políticas, demográficas, ecológicas e sociais. Todas estas dimensões interferem de forma decisiva na qualidade de vida das populações, da qual depende da influência de vários factores que se inter-relacionam, nomeadamente, a capacidade sustentável de um território e os seus recursos, alimentação, habitação, saúde, educação, emprego e ocupação de tempos livres;
- A Participação activa e articulada entre os actores e os sectores interessados da sociedade.

Plano de Desenvolvimento Social

Não sendo o desenvolvimento um conceito estático ou imutável, decorrente das rápidas mutações verificadas nas últimas décadas, também o conceito de planeamento deverá afigurar-se como um processo dinâmico e contínuo. O Plano de Desenvolvimento Social insere-se, assim, num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas.

Um Plano de Desenvolvimento Social surge como um instrumento de definição articulada e conjunta dos objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Visa, não apenas a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, através da promoção do acesso ao rendimento, do apoio à família, à juventude e à terceira idade, do estímulo à participação, da promoção da animação e de desenvolvimento local; mas também efeitos preventivos gerados através de acções da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. O Plano de Desenvolvimento Social, paralelamente à sua natureza reactiva, surge igualmente como um meio de acção pro-activo.

O Plano de Desenvolvimento Social deve ser um documento amplamente participado e resultar de consensos entre as entidades e agentes locais envolvidos no processo. Esta é a melhor forma de garantir uma identificação e apropriação do plano pelos parceiros e a mobilização destes para a sua concretização. Torna-se então necessária uma conjugação das iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social do Concelho, que podem passar, nomeadamente, pela habitação, a educação, o emprego, os jovens e os menos jovens, entre outras.

O objectivo que se pretende alcançar com o Plano de Desenvolvimento Social de Sernancelhe é o de ser capaz de integrar as várias medidas de políticas e os recursos existentes ao nível dos vários sectores, numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local.

2 - Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento

Um plano é um instrumento que parte da identificação de problemas para a proposta de soluções para esses mesmos problemas. Com o Plano de Desenvolvimento Social passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se desenham orientações e cenários de transformação da realidade social, partindo dos problemas e prioridades assinaladas no diagnóstico. Segundo esta ordem de raciocínio, nunca nos poderemos esquecer de que o Plano de Desenvolvimento Social e o Diagnóstico Social constituem componentes de um mesmo processo, pelo que a análise de um implica necessariamente a análise do outro.

O Diagnóstico Social de Sernancelhe, aprovado em CLAS no dia 29 de Janeiro de 2004, constituiu um seguimento do trabalho iniciado no Pré-Diagnóstico Social, cujo conteúdo se prendeu, por um lado, com uma análise pormenorizada da situação do Concelho, nas várias áreas que o constituem e, por outro, com uma inventariação dos recursos existentes. O Diagnóstico Social tornou-se um instrumento fundamental que permitiu inventariar potencialidades e recursos locais disponíveis para a intervenção, constituindo já um instrumento de indicação de prioridades. O Diagnóstico Social representou assim, um passo em frente na medida em que permitiu a definição dos problemas prioritários os quais, por sua vez, possibilitaram a estipulação dos principais eixos estratégicos igualmente de natureza prioritária.

A definição destes eixos prioritários assume uma importância fulcral, na medida em que é a partir deles e tendo eles como permanente pano de fundo, que se definiram as linhas orientadoras do Plano de Desenvolvimento Social.

Estabeleceram-se os seguintes sete eixos prioritários de intervenção:

Eixo I – Dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens

Eixo II – Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa

Eixo III – Promover os níveis de saúde da população

Eixo IV – Proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida

Eixo V – Melhorar as condições de habitabilidade e promoção da qualidade de vida dos habitantes

Eixo VI – Promover a transição para a vida activa e a empregabilidade

Eixo VII – Promover o turismo no Concelho de Sernancelhe

3 - Enquadramento dos Objectivos e Estratégias nos Vários Níveis de Planificação Nacional e Regional

O Plano de Desenvolvimento Social deve sempre ter como contexto articulador e de inserção outros planos de cariz mais abrangente. Num movimento descendente, ou seja, dos objectivos dos territórios mais macros para os objectivos dos micro-territórios, importa estabelecer a cadeia de relação entre estes vários objectivos, de modo a inserir com o máximo de coerência os eixos de acção local. Assim, por forma a articular com o máximo de coerência os objectivos locais com os diversos objectivos a nível nacional e regional e, visando a rentabilização de recursos e a concentração de reforços, é importante integrar e articular o Plano de Desenvolvimento Social com as outras formas de planeamento criadas para regular e financiar os processos de desenvolvimento. Assim, partindo dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, passando pelos objectivos do Plano Nacional de Emprego e do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, passando para níveis regionais do Plano Operacional Regional do Norte.

3.1 - NIVEL NACIONAL

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III)
Níveis Transversais <ul style="list-style-type: none">▪ Protecção do Ambiente▪ Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres▪ Sociedade de informação
Domínios Prioritários de Intervenção <ul style="list-style-type: none">▪ Valorização do potencial humano▪ Apoio à actividade produtiva▪ Estruturação do território
Objectivos Estratégicos Fundamentais <ul style="list-style-type: none">▪ Afirmção de Portugal como fronteira atlântica da Europa▪ Privilegiar as actividades, os factores de competitividade e as tecnologias mais dinâmicas e estruturantes da economia mundial e europeia▪ Valorizar a sociedade e a coesão social

Eixos Prioritários

- I – Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social
- II – Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro
- III – Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país
- IV – Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional

Objectivos Intermédios do Eixo I

- Promover a actuação preventiva por forma a minimizar o risco de desemprego, nomeadamente pela aposta na qualificação das novas gerações
- Promover a aprendizagem ao longo da vida e melhorar a empregabilidade da população activa, enquanto forma de actuação preventiva dos fenómenos de desemprego
- Promover a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração
- Promover uma cultura científica e tecnológica de modo a melhorar a educação básica contribuindo para uma cidadania activa de iniciativa e responsabilidade
- Promover o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento, formando e certificando competência em ciência e tecnologias da informação e estimulando a investigação
- Vencer o atraso científico (formar e qualificar, promover a produção científica internacionalmente competitiva, criar uma rede moderna da I&D, desenvolver a infra-estrutura tecnológica do país, mobilizar a capacidade de cooperação internacional em C&T)
- Expandir a inovação
- Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego
- Melhorar os níveis de eficiência da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Eixo n.º I

**Elevar o nível de qualificação dos portugueses,
promover o emprego e a coesão social**

Educação

Prioridades:

- Formação inicial dos jovens – proporcionar uma formação profissional qualificante antes do ingresso na vida activa
- Formação contínua e avançada dos profissionais de educação
- Promoção da empregabilidade da população activa
- Apoio às infra-estruturas

Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Social

Prioridades

- Promover a formação qualificante e a transição para a vida activa
- Desenvolver a formação ao longo da vida e a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresa
- Desenvolver os serviços de apoio ao emprego e à formação
- Promover a igualdade de oportunidades entres homens e mulheres
- Promover o desenvolvimento social

Saúde

Prioridades

- Prevenção das doenças mais críticas, promoção de estilos de vida mais saudáveis e protecção de grupos particularmente vulneráveis (criação de mecanismos especiais para as populações em situações de exclusão social)
- Melhoria da qualidade dos cuidados de saúde (rede de referência hospitalar)
- Promover novas parcerias com os sectores privado e social, em áreas ou sectores em que tais sectores se apresentem especialmente vocacionadas para prestar cuidados de saúde de qualidade
- Promover o estabelecimento de ligações com os programas “Emprego, Formação e Desenvolvimento Social” e “Sociedade de Informação”

Cultura

Prioridades

- Valorizar o património histórico e cultural (abrange a realização de actividades culturais inovadoras, que contribuam para a revitalização do património reabilitado e para a criação de emprego. Será dada prioridade às acções em locais que, por disporem dum valioso património histórico e cultural, sejam susceptíveis de potenciar fluxos turísticos significativos e de contribuir, através do desenvolvimento de actividades de âmbito cultural e social, para o reforço económico das regiões e para a valorização cultural, social e educacional das populações.)
 - Favorecer o acesso a bens culturais

PLANO DE EMPREGO

Pilar I – Melhorar a Empregabilidade

- Combater o desemprego dos jovens e prevenir o desemprego de longa duração
- Passar das medidas passivas às activas
- Incentivar uma abordagem de parceria
- Facilitar a transição entre escola e vida activa
- Promover um mercado de trabalho aberto para todos

Pilar IV – Reforçar Políticas de Igualdade de Oportunidades

- Integração do objectivo de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres
- Facilitar a reintegração na vida activa

PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE 2003 – 2006

Área de intervenção: Ponto 3 - Cidadania e Inclusão Social

B - Pobreza e Exclusão Social

Medidas:

- Inclusão, nos cursos de formação profissionalizante, da metodologia de avaliação que visa o reconhecimento pessoal e social dos saberes que um(a) adulto(a) pode adquirir a partir da sua experiência de vida, enquanto estratégia promotora de desenvolvimento de autonomia e valorização pessoal (“Balanço de Competências”)
- Implementação de acções de formação que conduzam a uma dupla certificação

escolar e profissional (de acordo com o modelo dos cursos EFA – Educação e Formação de Adultos), dando resposta a uma necessidade de reforço dos níveis de habilitação escolar das mulheres com menos de 9 anos de escolaridade e sem qualquer tipo de qualificação profissional.

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO

Objectivos Estratégicos Fundamentais de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

- Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços
- Prevenir os riscos de exclusão
- Actuar em favor dos vulneráveis
- Mobilizar um conjunto de intervenientes

Eixos Prioritários

- Assegurar que o desenvolvimento económico do país incorpore plenamente as necessidades de melhoria da coesão social e de eliminação dos factores estruturais que favorecem os processos de exclusão
- Promover a incorporação do objectivo da coesão social nas políticas correntes de desenvolvimento económico, formação emprego, educação, segurança, saúde e habitação
- Desenvolver os sistemas de protecção social, enquanto instrumentos especialmente vocacionados para o combate à pobreza
- Desenvolver medidas e políticas activas de reinserção social e profissional das pessoas e das famílias em situação de exclusão social, através da promoção de instrumentos e programas integrados
- Promover de forma coerente e integrada a rede de serviços e equipamentos sociais com ampla participação da sociedade civil, dando-se prioridade ao apoio às pessoas e famílias mais carenciadas
- Promover a igualdade de facto entre mulheres e homens

3.2 – NÍVEL REGIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Eixos prioritários para a Região Norte

- Melhoria da qualificação das pessoas e aumento da sua empregabilidade
- Valorização da capacidade empresarial
- Melhoria da acessibilidade externa e interna

PLANO OPERACIONAL DA REGIÃO NORTE
<u>Prioridades estratégicas e respectivos Objectivos</u>
<i>Prioridade estratégica A - Melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade e a equidade de acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, ▪ Melhorar e generalizar o acesso dos jovens à formação escolar inicial qualificante ▪ Promover a empregabilidade e o emprego ao nível local ▪ Promover a cultura científica e tecnológica e a inovação ▪ Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidades de acesso à sociedade da informação ▪ Promover competências profissionais para a utilização sistemática das tecnologias de informação e de comunicação ▪ Melhorar a qualidade e a equidade de acesso aos sistemas locais de saúde ▪ Promover e qualificar o património histórico e cultural ▪ Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidades de acesso no desporto
Eixos Prioritários e respectivas Medidas
<p>Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal</p> <p>Medida 1.1. Sistemas Ambientais Locais</p> <p>Medida 1.2. Redes e Sistemas de Transportes Locais</p> <p>Medida 1.3. Qualificação Territorial</p> <p>Medida 1.4. Valorização e Promoção Regional e Local</p> <p>Medida 1.5. Qualificação das Dinâmicas Territoriais</p> <p>Medida 1.6. Acções Específicas de Valorização Territorial</p> <p>Medida 1.7. Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico</p>
<p><i>Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial</i></p> <p>Medida 2.3. Entre Douro e Vouga</p> <p>Medida 2.5. Acções Integradas de Base Territorial - Empregabilidade</p>
<p><i>Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas</i></p> <p>Medida 3.1. Infra-estruturas de Educação do Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário</p> <p>Medida 3.2. Ensino Profissional</p> <p>Medida 3.3. Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local</p> <p>Medida 3.4. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local</p> <p>Medida 3.5. Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>Medida 3.6. Sociedade da Informação</p> <p>Medida 3.7. Formação para a Sociedade da Informação</p> <p>Medida 3.8. Saúde</p>

Medida 3.9. Cultura
Medida 3.10. Desporto
Medida 3.11. Agricultura e Desenvolvimento Rural
Medida 3.14. Economia
Medida 3.15. Acessibilidades e Transportes
Medida 3.16. Ambiente
Medida 3.17. Assistência Técnica - FEOGA
Medida 3.18. Assistência Técnica - FSE
Medida 3.19. Assistência Técnica - FEDER

3.2 – NÍVEL LOCAL

EIXOS PRIORITÁRIOS DEFINIDOS NO DIAGNÓSTICO SOCIAL DE SERNANCELHE

Eixo I – Dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens
Eixo II – Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa
Eixo III – Promover os níveis de saúde da população
Eixo IV – Proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida
Eixo V – Melhorar as condições de habitabilidade e promoção da qualidade de vida dos habitantes
Eixo VI – Promover a transição para a vida activa e a empregabilidade
Eixo VII – Promover o turismo no Concelho de Sernancelhe

3.4 - Enquadramento dos diversos níveis de planificação nacional e regional com os eixos de intervenção

Eixos prioritários – Diagnóstico Social de Sernancelhe	PNDS – III QCA	Plano de Emprego	Plano Nacional Igualdade	Plano Nacional de Acção para a Inclusão	Plano Desenvolvimento Regional	Plano Operacional Região Norte
	Eixo 1 – Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social	PILARES	Ponto 3 – Cidadania e Inclusão Social	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	PRIORIDADES – REGIÃO NORTE	Prioridade Estratégica A – Melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social
			B – Pobreza e Exclusão Social			OBJECTIVOS / MEDIDAS
Eixo I – dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens	Incentivo a uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania activa; promoção de estilos de vida mais saudáveis.					Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidades de acesso no desporto Medida 3.9. Cultura Medida 3.10. Desporto
Eixo II – Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa	Desenvolver a formação ao longo da vida; promoção da empregabilidade da população activa; abrir a escola a novos públicos-alvo para formação de curta duração e de serem certificados de conhecimentos adquiridos fora do sistema de ensino	Pilar I – Melhorar a Empregabilidade: prevenir o desemprego de longa duração; Pilar IV – Reforçar Políticas de Igualdade de Oportunidades: integração do objectivo de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; facilitar a reintegração na vida activa.	Inclusão, nos cursos de formação profissionalizante, da metodologia de avaliação que visa o reconhecimento pessoal e social dos saberes que um(a) adulto(a) pode adquirir a partir da sua experiência de vida, enquanto estratégia promotora (“Balanço de Competências”); Implementação de acções de formação que conduzam a uma dupla certificação escolar e profissional (de acordo com o modelo dos cursos EFA – Educação e Formação de Adultos), dando resposta a uma necessidade de reforço dos níveis de habilitação	1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços; 2. Prevenir os riscos de exclusão; 3. Actuar em favor dos vulneráveis; 4. Mobilizar um conjunto de intervenientes	Melhoria da qualificação das pessoas e aumento da sua empregabilidade	Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidades de acesso à sociedade da informação; promover competências profissionais para a utilização sistemática das tecnologias de informação e de comunicação.
Eixo III – Promover os níveis de saúde da população	Melhorar os níveis de eficiência da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade; prevenção das doenças mais críticas, promoção de estilos de vida mais saudáveis e protecção de grupos particularmente vulneráveis					Melhorar a qualidade e a equidade de acesso aos sistemas locais de saúde Medida 3.8. Saúde
Eixo IV – Proporcionar aos idosos uma melhorar qualidade de vida	Promover o desenvolvimento social					

(Continuação)

Eixos prioritários – Diagnóstico Social de Sernancelhe	PNDIS – III QCA	Plano de Emprego	Plano Nacional Igualdade	Plano Nacional de Acção para a Inclusão	Plano Desenvolvimento Regional	Plano Operacional Região Norte
	Eixo 1 – Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social	PILARES	Ponto 3 – Cidadania e Inclusão Social	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	PRIORIDADES – REGIÃO NORTE	Prioridade Estratégica A – Melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social
			B – Pobreza e Exclusão Social			OBJECTIVOS / MEDIDAS
Eixo V – Melhorar as condições de habitabilidade e promover a qualidade de vida dos habitantes	Promover o desenvolvimento social; melhorar as condições de vida da população com maior vulnerabilidade através da revitalização do tecido social e da promoção do desenvolvimento social integrado					
Eixo VI – Promover a transição para a vida activa e a empregabilidade	Promover a formação qualificante e a transição para a vida activa; desenvolver os serviços de apoio ao emprego e à formação	Pilar I – Melhorar a Empregabilidade: combater o desemprego dos jovens; passar das medidas passivas às activas; incentivar uma abordagem de parceria; facilitar a transição entre a escola e a vida activa; promover um mercado de trabalho aberto para todos. Pilar IV – Reforçar Políticas de Igualdade de Oportunidades	Inclusão, nos cursos de formação profissionalizante, da metodologia de avaliação que visa o reconhecimento pessoal e social dos saberes que um(a) adulto(a) pode adquirir a partir da sua experiência de vida, enquanto estratégia promotora (“Balanço de Competências”); Implementação de acções de formação que conduzam a uma dupla certificação escolar e profissional (de acordo com o modelo dos cursos EFA – Educação e Formação de Adultos), dando resposta a uma necessidade de reforço dos níveis de habilitação	1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços; 2. Prevenir os riscos de exclusão; 3. Actuar em favor dos vulneráveis;	Melhoria da qualificação das pessoas e aumento da sua empregabilidade; Valorização da capacidade empresarial.	Melhorar a qualidade e a equidade de acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário; Melhorar e generalizar o acesso dos jovens à formação escolar inicial qualificante; promover a empregabilidade e o emprego a nível local Medida 3.1. Infra-estruturas de Educação do Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário Medida 3.2. Ensino Profissional Medida 3.3. Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local
Eixo VII – Promover o turismo no Concelho	Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego; promover o maior equilíbrio espacial no acesso à cultura; valorizar o património histórico e cultural	Pilar I – Melhorar a Empregabilidade: combater o desemprego dos jovens; incentivar uma abordagem de parceria. Pilar II – Desenvolver o Espírito Empresarial: Explorar as oportunidades de criação de novos empregos.		4. Mobilizar um conjunto de intervenientes	Valorização da capacidade empresarial; Melhoria da acessibilidade externa e interna	Promover e qualificar o património histórico e cultural Medida 1.4. Valorização e Promoção Regional e Local

4 - Plano de Desenvolvimento Social por Eixos de Intervenção

<i>Eixo I - Dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens</i>		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÉGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar actividades desportivas nos equipamentos existentes (polidesportivos, pavilhão, piscina, campo de ténis) ▪ Informar e sensibilizar os dirigentes associativos acerca dos incentivos e apoios oficiais actualmente existentes, bem como da importância do seu papel na promoção dos tempos livres ▪ Criar espaços de ATL no Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2004, 30% da população jovem ocupa os seus tempos livres em actividades desportivas realizadas com a periodicidade anual ▪ Em 2006, 5% das crianças do Concelho estão integradas em actividades de tempos livres (ATL's)

Eixo II - Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÉGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar e fomentar as respostas à alfabetização e à formação de adultos e idosos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuar com os cursos de Ensino Recorrente em cada freguesia do Concelho, num sistema de rotatividade ▪ Mobilizar adultos para a aplicação de metodologias de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas, tendo em vista a certificação escolar e a melhoria da qualificação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2005, 10% da população do Concelho não alfabetizada e/ou com níveis de habilitações literárias baixos, frequentam cursos de Ensino Recorrente ou de RVCC (Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências)

Eixo III - Promover os níveis de saúde da população		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÈGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover estilos de vida mais saudáveis junto da população 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar acções de sensibilização e esclarecimento sobre temáticas inerentes a estilos de vida saudáveis ▪ Apostar numa dinâmica de controlo de doenças através de campanhas de vacinação e rastreio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2007, 80% da população escolar e 60% dos utentes do Centro de Saúde de Sernancelhe, participam em acções de informação e/ou campanhas de vacinação/rastreio
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as condições físicas dos serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir um novo centro de saúde na vila de Sernancelhe 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2005, entra em funcionamento o Centro de Saúde de Sernancelhe num edifício criado de raiz para esse efeito

Eixo IV - Proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÈGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a qualidade de vida da população idosa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar novos equipamentos de apoio à população idosa e reorganizar o apoio domiciliário ▪ Dinamizar actividades de lazer e recreio voltadas para a população idosa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2005, os idosos apoiados por equipamentos sociais do Concelho (centro de dia, lar e apoio domiciliário), aumentam 15%

Eixo V - Melhorar condições de habitabilidade e promover a qualidade de vida dos habitantes		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÉGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as condições habitacionais da população, ao nível do conforto e salubridade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnóstico das situações habitacionais carenciadas do Concelho ▪ Resposta às carências habitacionais, no âmbito do Regulamento de Apoio a Agregados Carenciados do Município de Sernancelhe 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2007, das habitações carenciadas diagnosticadas no Concelho, 15% estão recuperadas e adaptadas às necessidades dos respectivos moradores

Eixo VI - Promover a transição para a vida activa e a empregabilidade		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÉGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a transição para a vida activa, apostando na criação de serviços de apoio ao emprego e à formação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma Unidade de Inserção na Vida Activa no Concelho ▪ Promover cursos de formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2007, 60% dos jovens à procura do primeiro emprego está a ser apoiada pela UNIVA ▪ Em 2007, 5% da população desempregada está a frequentar cursos de formação profissional

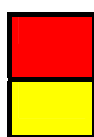
Eixo VII - Promover o turismo no Concelho		
OBJECTIVO GERAL	ESTRATÈGIA	OBJECTIVO ESPECÍFICO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma política cultural e desportiva no Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar eventos de cariz cultural e desportivo, aproveitando os recursos históricos, culturais e naturais do Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2004, são organizadas pelos menos 6 actividades culturais e desportivas, com a periodicidade anual

5 - Complementaridade e Articulação entre Eixos

Ainda que os eixos de intervenção tenham sido apresentados anteriormente de forma isolada, esse facto deveu-se apenas a uma maior organização em termos estruturais, na verdade são ténues as fronteiras que delimitam todos esses eixos, conferindo-lhes uma natureza de coesão e articulação.

Feita toda a análise e dissecação de cada um dos eixos, foi possível descortinar complementaridades e articulações entre eles. Existem sectores e áreas que se cruzam entre eles, de tal forma que umas não podem ser vistas isoladas das outras. Algumas dessas articulações são mais imediatas que outras, tal como é possível observar no quadro seguinte.

	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV	Eixo V	Eixo VI	Eixo VII
Eixo I – Dinamizar os espaços de lazer para crianças e jovens							
Eixo II – Promover as competências sócio-educativas da população adulta e mais idosa							
Eixo III – Promover os níveis de saúde da população							
Eixo IV – Proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida							
Eixo V – Incentivar a melhoria das condições de habitabilidade e promover a qualidade de vida dos habitantes							
Eixo VI – Promover a transição para a vida activa e empregabilidade							
Eixo VII – Promover o turismo no Concelho							



- Complementaridade e articulação forte

- Complementaridade e articulação média

Na página seguinte são clarificados os pontos de articulação e complementaridade que se estabelecem entre os sete Eixos definidos.

Quadro de Complementaridade e articulação entre eixos

	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV	Eixo V	Eixo VI	Eixo VII
Eixo I		Curso de formação de Auxiliar Educativa na Santa Casa da Misericórdia para o ATL, integrando adultos desempregados	Organização de actividades desportivas para ocupação de tempos livres, promovendo assim estilos de vida mais saudáveis	Criação de um ATL Santa Casa da Misericórdia, onde existe um lar e um centro de idosos, possibilitando a realização de actividades e o contacto entre as duas gerações.	As actividades de tempos livres, nomeadamente os ATL's e as actividades desportivas em equipamentos devidamente apetrechados, constituem veículos para a transmissão de hábitos de higiene, ajudando a minorar as faltas de condições de habitabilidade a esse nível	Incentivo ao aumento das qualificações através dos cursos de Auxiliar Educativa e de Animação Cultural	As actividades desportivas constituem instrumentos de divulgação e de atracção turística do Concelho
Eixo II	Curso de formação de Auxiliar Educativa na Santa Casa da Misericórdia para o ATL, integrando adultos desempregados		O Ensino Recorrente e todas as outras formações voltadas para a população mais idosa constituem contextos para campanhas de informação/sensibilização de hábitos saudáveis e de cuidados de saúde especificamente voltados para essa faixa etária	O Ensino Recorrente e as restantes constituem importantes formas de ocupação e valorização dos seus tempos livres	Sensibilização e informação dos frequentadores do Ensino Recorrente e das restantes formações para a aquisição e reforço das competências pessoais ao nível da gestão do lar, traduzindo uma maior preocupação em manter a habitação limpa e organizada	O Ensino Recorrente, e as restantes formações constituem importantes incentivos ao aumento das qualificações	Exposições no Posto de Turismo, organizadas pelas turmas do Ensino Recorrente, ajudam a promover os produtos tradicionais
Eixo III	Organização de actividades desportivas para ocupação de tempos livres, promovendo assim estilos de vida mais saudáveis	O Ensino Recorrente e todas as outras formações voltadas para a população mais idosa constituem contextos para campanhas de informação/sensibilização de hábitos saudáveis e de cuidados de saúde especificamente voltados para essa faixa etária.		Campanhas de rastreio do cancro da mama e de rastreio da diabetes e tensão arterial feitas nos equipamentos sociais existentes e nas freguesias do Concelho.	A melhoria das condições de habitabilidade, implicam um maior conforto e melhores condições de higiene, que se repercutem no bem estar e na saúde dos seus moradores.	Alargamento das campanhas de sensibilização/informação às entidades patronais do Concelho e aos respectivos trabalhadores.	A organização de eventos desportivos, permite, por um lado, incentivar o aproveitamento turístico dos recursos naturais e, por outro, a promoção de estilos de vida saudáveis.
Eixo IV	Criação de um ATL Santa Casa da Misericórdia, onde existe um lar e um centro de idosos, possibilitando a realização de actividades e o contacto entre as duas gerações.	O Ensino Recorrente e as restantes constituem importantes formas de ocupação e valorização dos seus tempos livres	Campanhas de rastreio do cancro da mama e de rastreio da diabetes e tensão arterial feitas nos equipamentos sociais existentes e nas freguesias do Concelho.		Melhorar as condições de habitação, adaptando-as às necessidades dos seus habitantes, nomeadamente, os mais idosos, promovendo assim, a sua qualidade de vida e facilitando o Apoio Domiciliário.	A criação dos novos equipamentos sociais em projecto implica a abertura de postos de trabalho.	Aproveitamento dos saberes das pessoas idosas em actividades tradicionais, nomeadamente ao nível dos bordados, gastronomia, actividade agrícola, entre outras.
Eixo V	As actividades de tempos livres, nomeadamente os ATL's e as actividades desportivas em equipamentos devidamente apetrechados, constituem veículos para a transmissão de hábitos de higiene, ajudando a minorar as faltas de condições de habitabilidade a esse nível	Sensibilização e informação dos frequentadores do Ensino Recorrente e das restantes formações para a aquisição e reforço das competências pessoais ao nível da gestão do lar, traduzindo uma maior preocupação em manter a habitação limpa e organizada	A melhoria das condições de habitabilidade, implicam um maior conforto e melhores condições de higiene, que se repercutem no bem estar e na saúde dos seus moradores	Melhorar as condições de habitação, adaptando-as às necessidades dos seus habitantes, nomeadamente, os mais idosos, promovendo assim, a sua qualidade de vida e facilitando o Apoio Domiciliário.		A criação do Gabinete Técnico Local, onde serão feitos os projectos de reabilitação e reconstrução de habitações, veio criar 17 novos empregos no Concelho, em áreas diversas.	A reconstrução de habitações degradadas contribui para a conservação e preservação da paisagem arquitectónica do Concelho.
Eixo VI	Incentivo ao aumento das qualificações através dos cursos de Auxiliar Educativa e de Animação Cultural	O Ensino Recorrente, e as restantes formações constituem importantes incentivos ao aumento das qualificações	Alargamento das campanhas de sensibilização/informação às entidades patronais do Concelho e aos respectivos trabalhadores.	A criação dos novos equipamentos sociais em projecto implica a abertura de postos de trabalho.	A criação do Gabinete Técnico Local, onde serão feitos os projectos de reabilitação e reconstrução de habitações, veio criar 17 novos empregos no Concelho, em áreas diversas.		Existência do curso de Turismo na Escola Profissional, cujos finalistas encontram estágios e possíveis empregos na actividade turística do Concelho.
Eixo VII	As actividades desportivas constituem instrumentos de divulgação e de atracção turística do Concelho	Exposições no Posto de Turismo, organizadas pelas turmas do Ensino Recorrente, ajudam a promover os produtos tradicionais	A organização de eventos desportivos, permite, por um lado, incentivar o aproveitamento turístico dos recursos naturais e, por outro, a promoção de estilos de vida saudáveis.	Aproveitamento dos saberes das pessoas idosas em actividades tradicionais, nomeadamente ao nível dos bordados, gastronomia, actividade agrícola, entre outras.	A reconstrução de habitações degradadas contribui para a conservação e preservação da paisagem arquitectónica do Concelho.	Existência do curso de Turismo na Escola Profissional, cujos finalistas encontram estágios e possíveis empregos na actividade turística do Concelho.	

6 - Planeamento Da Avaliação

Tipo de Avaliação Proposto

A avaliação é um processo que permite a flexibilidade no planeamento, ou seja, a alteração de comportamentos e propostas decorrentes da alteração de cenários de intervenção. Entende-se aqui o conceito de flexibilidade, não como incapacidade de previsão, mas como um mecanismo que permite a adequação do Plano às transformações ocorridas, dando também margem de manobra para se lidar com a incerteza de comportamentos desses cenários. A função da avaliação de leitura e interpretação das diferentes linhas de acção, a que se deve acrescentar a capacidade de gerar alternativas de acção, conduz à necessidade da melhor fundamentação das decisões, contribuindo desta forma para a *procura colectiva do bem comum*. Neste sentido, a avaliação assume-se como um espaço de debate público e de aprendizagem colectiva (M. Conan, cit in “A Cultura da Avaliação no Planeamento Estratégico”, APPLA).

A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projectos futuros.

Nesta fase de definição e de planeamento, propõe-se uma “auto-avaliação” que deverá ser frequente, envolvendo-se as equipas que irão executar o Plano e, sobretudo, os elementos do grupo de trabalho do CLAS. A “auto-avaliação” salienta o papel da avaliação como uma aprendizagem, como um processo participativo e educativo.

A “auto-avaliação” orienta-se pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todos
- Dinâmica e inter-acção entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação
- Reflexão em torno da informação recolhida.

A “auto-avaliação” tem como objectivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se actua; contribuir para uma maior eficácia das acções.

Neste sentido, a avaliação não serve para fiscalizar, nem para punir, mas deve ser entendida como um processo de reflexão sobre a acção, indispensável para o planeamento das acções futuras.

Propõe-se, assim, um modelo de avaliação orientada para a utilização, é, tal como os princípios da “auto-avaliação” indicam, uma avaliação colectiva, na qual as várias equipas participam e onde se verifica uma partilha da informação. Este modelo concilia-se com uma avaliação por objectivos através do qual se procura medir a forma e a intensidade com que determinados objectivos foram atingidos.

Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve combinar-se uma avaliação *on-going*, isto é uma avaliação de acompanhamento da execução do Plano com o objectivo de determinar se este está a decorrer conforme o previsto, com uma avaliação final (*ex-post*) com a qual se pretende conhecer os resultados do Plano e os seus impactes sociais.

Os destinatários do processo de avaliação serão os técnicos directamente envolvidos na execução do Plano, os parceiros representados no CLAS, os dirigentes das instituições sociais do Concelho, a população. Para este público tão diversificado vários produtos da avaliação terão que ser criados, tais como: relatórios; sínteses conclusivas; reuniões de debate; bases de dados.

Sendo assim, temos a real e concreta de tal modo que para se produzir tal efeito será necessário procurar a tal massa crítica por modo a facilitar essa transformação

